

# RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 3 - NUMERO 4 - JANEIRO A JUNHO 2006

[início](#)

## COMUNIDADE DE FALA<sup>1</sup>

**Terezinha Cristina Campos de Resende**  
**UFJF**

**ABSTRACT** – The article presents the different reaches and conceptions for the term speech community, pointing the necessity to define it when it is studied as well as the linguistic variation and its changing. It shows that the lack of a general agreement among the linguists on the definition from this important concept of Social linguistic concerns about the underlying point of view from its researches delimitation.

Embora seja uma questão central na Teoria da Variação, o conceito de comunidade de fala não é consensual. Ao contrário, trata-se de uma questão que apresenta grande controvérsia, tanto no que concerne ao estabelecimento de limites geográficos ou sociais, quanto no que toca aos critérios de demarcação de uso da língua. As definições ora se apresentam complexas demais ora muito amplas e pouco precisas, dependendo dos autores que as empregam, possibilitando, desta forma, diferentes alcances e concepções. O termo tanto pode referir-se a grandes ou pequenas comunidades urbanas ou rurais, quanto a bairros e subgrupos (homens, mulheres, crianças).

Alguns linguistas tendem a rejeitar esse conceito, como o fez Hudson (1996), ao partir da premissa de que a língua é uma posse individual, subjetiva. No entanto, sabe-se que esse é um conceito necessário para a maioria dos investigadores que estudam a variação e mudança lingüística, visto que, como sugere Labov (1972), é impossível compreender tais fenômenos fora do contexto social da comunidade onde eles se produzem. Portanto, um estudo que leva em conta a variação lingüística, um método produtivo para a observação e coleta de dados, deve partir das situações concretas de uso da fala, ou seja, da comunidade de fala, que, segundo o autor, é constituída por um grupo que compartilha um mesmo sistema normativo de valores na interpretação dos fenômenos lingüísticos, bem como normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Na pesquisa sociolingüística o que se quer analisar é o grupo de indivíduos e não o indivíduo tomado isoladamente, pois conforme argumenta Labov (1972) o vernáculo é propriedade de um grupo e não de um indivíduo. (Entendendo aqui como vernáculo<sup>2</sup> a primeira forma de linguagem adquirida e empregada de forma natural entre falantes de um mesmo grupo.)

Inicialmente, a primeira dificuldade encontrada para que se levantem os

conceitos diz respeito à utilização do termo que ora se apresenta também como *comunidade lingüística*. Alguns autores fazem a distinção entre os termos “comunidade de fala” e “comunidade lingüística”, a exemplo de Romaine (1994, p.22), que define comunidade de fala como “um grupo de pessoas que não compartilham a mesma língua, mas compartilham um conjunto de normas e regras para o uso dela (...) As fronteiras entre as comunidades de fala são essencialmente mais de caráter social do que lingüístico”<sup>3</sup> (tradução nossa), afirmando não ser esta coextensiva a uma “comunidade lingüística”, podendo inclusive ser mais abrangente. Diante dessa definição a comunidade lingüística portuguesa compreenderia Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Giné-Bissau, São Tomé e Príncipe e outras regiões em que a língua portuguesa fosse eventualmente falada. No entanto, por se distinguirem quanto às regras e atitudes face ao uso do idioma, fazem parte de comunidades de fala diferentes. Outros autores não fazem a distinção entre os termos, conforme afirma Hudson (1984), as duas expressões (comunidade lingüística e comunidade de fala) são freqüentemente usadas com o mesmo sentido.

A seguir será apresentado um levantamento de conceitos encontrados na literatura, apresentados aqui em ordem cronológica. O que se notará é uma falta de um acordo geral entre os lingüistas para a definição deste importante conceito dentro da Sociolingüística. O que se percebe é que cada autor defende o ponto de vista subjacente a delimitação de suas pesquisas.

Começando com Bloomfield (1970) vê-se que para ele, no passado, a noção de comunidade ficava reduzida à noção de língua, ou seja, aqueles que falavam a mesma língua (ou a mesma primeira língua, ou língua padrão) eram definidos como membros de uma mesma comunidade. De acordo com esse autor os membros de uma comunidade lingüística falam de um modo semelhante e se compreendem, mas podem, ao mesmo tempo, diferenciarem-se de tal maneira a ponto de pessoas de regiões vizinhas chegarem a não se entender uma às outras.

Para Gumperz (1962, 1971) a língua dos integrantes da comunidade não precisa ser necessariamente a mesma. Seus integrantes tanto podem ser monolíngües quanto multilíngües, se se mantiverem unidos pela freqüência da interação social e se se separam de áreas vizinhas por fragilidade (*weakness*) nas linhas de comunicação, formarão uma comunidade de fala. Seus membros podem se constituir em grupos pequenos através do contato face-a-face ou mesmo podem cobrir grandes regiões. Isso depende do nível de abstração que se deseja alcançar. Por fim, ele afirma se tratar de um “agrupamento humano caracterizado por freqüente e regular interação, efetivada através de um mesmo sistema de signos verbais, e separado de agrupamentos similares por significantes diferenças no uso da linguagem” (1971, p.114). Para o autor, é necessário que os membros de uma comunidade de fala estejam unidos por normas e aspirações comuns, no entanto tais normas podem se sobrepor aos limites do idioma, e como exemplo cita o alemão, o tcheco, o austríaco e os falantes húngaros que podem compartilhar das mesmas normas para seus atos de fala.

Ao contrário de Gumperz, Labov (1966), na pesquisa realizada na Cidade de Nova York tomou como comunidade de fala os falantes que tinham o inglês como primeira língua, isto é, os “native new yorkers”, não levando em conta os imigrantes, que constituem cerca de um terço de Nova York. De acordo com Labov (1972, p.120-1):

a comunidade de fala não é definida por qualquer acordo marcado no uso de elementos da língua, nem pela participação em um jogo de normas compartilhadas. Estas normas podem ser observadas em

tipos manifestos de comportamentos avaliativos e pela uniformidade dos padrões abstratos de variação, invariantes em níveis particulares de uso.<sup>4</sup> (Tradução nossa.)

Labov foi quem primeiro levou em conta a uniformidade de padrões lingüísticos, no sentido de variação estruturada, como critério para definir comunidade de fala. Sua concepção de uniformidade diz respeito a regras de gramática que são compartilhadas na forma de regras variáveis. Ao definir comunidade de fala, Labov enfatiza o primeiro termo do sintagma, deixando em evidência o objeto da sociolingüística: a comunidade social em seu aspecto lingüístico, isto é, a comunidade de fala.

Para Hymes (1967/1972) o conceito de comunidade de fala está ligado a pessoas que compartilham regras de conduta e interpretação de fala de pelo menos uma variedade lingüística. Na base de sua descrição de comunidade de fala está, antes do critério lingüístico, o critério social, ou seja, a comunidade de fala deve descrever entidades sociais, mais que lingüísticas. Dentro dessa visão, compartilhar apenas as regras gramaticais não é condição suficiente para se caracterizar uma comunidade. Ele critica aqueles que limitam seu espectro, discordando desse ponto de vista. Referindo-se a Bloomfield (1933), diz que, no passado, a noção de comunidade de fala reduzia-se à noção de língua; aqueles que falavam a mesma língua (ou a mesma primeira língua, ou língua padrão) eram definidos como membros de uma mesma comunidade de fala. Para o autor essa é uma definição muito limitada.

Segundo Corder (1973) a comunidade de fala é composta por indivíduos que se consideram falantes de uma mesma língua. Eles não precisam ter nenhum outro atributo definido. Nota-se aqui uma visão bastante ampla e subjetiva. Da mesma, forma Halliday adota esse critério em sua definição, como se constata em sua explicação:

A comunidade de fala é um grupo de pessoas que se consideram como usuários da mesma língua. Neste sentido, existe uma comunidade de fala “dos chineses”, uma vez que eles se julgam falantes do “chinês” e não do pequinês, cantonês etc. Por outro lado, não há uma comunidade de fala em relação às línguas escandinavas, muito embora estas sejam, em grande parte, compreensíveis entre si (HALLIDAY *et. all apud* DITTMAR, 1997, p. 134).<sup>5</sup> (Tradução nossa.)

De acordo com Wardhaugh (1986), o emprego do termo comunidade de fala pode estender-se para falantes de mais de uma língua ou dialeto. O autor reconhece a impossibilidade de tomar como base apenas o uso se características lingüísticas para determinar o que é e o que não é comunidade de fala, justificando que as pessoas usam características lingüísticas para se identificar com um grupo ou se diferenciar dele.

Para Duranti (1988) qualquer noção de comunidade de fala depende de dois fenômenos: (i) padrões de variação em um grupo de falantes e (ii) aspectos do comportamento humano como estratégias para estabelecer co-sociedade na conduta da vida social.

Como exposto anteriormente, mas atendendo a ordem cronológica proposta, de acordo com Romaine (1994, p. 22) “a comunidade de fala é um grupo de pessoas que não partilham necessariamente a mesma língua, mas compartilham um conjunto de regras para o uso dela (...) as fronteiras entre as comunidades de fala são essencialmente mais de caráter social do que lingüístico”<sup>6</sup> (tradução nossa). Essa definição traz uma síntese dos conceitos estabelecidos

por Gumperz (1962/71) e Hymes (1967/72).

Santa Ana & Parodi (1998) definem comunidade de fala em termos de tipos distintos de variáveis lingüísticas, que refletem campos de interação entre seus membros, bem como tipos distintos de conhecimento a respeito da hierarquia lingüística refletida na avaliação das variáveis lingüísticas, socialmente marcadas em três tipos: “estigmatizado, regionais e padrão”.

De acordo com Guy (2001) os membros de uma comunidade de fala compartilham traços lingüísticos comuns que os distinguem, ou seja, a variedade de língua usada deve apresentar pelo menos alguns traços distintos das variedades de outras comunidades. Tais traços permitem atribuir uma identidade social, apresentando-se também como marcadores de identidade local, visto que seus membros comunicam-se mais entre si do que com outros, e isso leva à manutenção de suas características lingüísticas. A falta de contato lingüístico entre comunidades favorece o desenvolvimento de diferenças lingüísticas. Dessa forma, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem, ou seja, posicionam-se diante dos diferentes modos de falar, não só marcados em suas diferenças por fronteiras geográficas, mas correlacionados à delimitação de fronteiras sociais, tais como escolaridade e nível econômico, que em geral andam de mãos dadas.

A partir do exposto observam-se basicamente três tendências gerais para a definição de comunidade de fala: a primeira refere-se à comunidade de fala como constituída por pessoas que têm a mesma primeira língua, ou seja, elas interagem por meio das regras compartilhadas para o uso da língua materna. A segunda tendência considera o caráter pragmático da comunicação, independentemente do número de línguas ou variedades empregadas; nesse sentido uma comunidade de fala pode se constituir de pessoas que se compreendem ao fazer uso da mesma língua, mesmo não sendo esta a materna. Por último, uma comunidade de fala pode se constituir de pessoas que julgam pertencer a uma dada comunidade de fala, já que se identificam socialmente com ela.

A tarefa de definir comunidade de fala não é simples, no entanto, essa dificuldade precisa ser transposta, quando o desenvolvimento de um trabalho visa compreender a variação e mudança lingüística, pois assenta-se numa tomada de posição sobre esse conceito, que determina o tipo de amostra a ser selecionada.

A concepção aqui adotada é a de que os membros de uma comunidade de fala são aqueles que nela nasceram e nunca dela se afastaram com a finalidade de se estabelecerem em outro lugar, portanto, que não tenham morado fora,. Desta forma, compartilham características sociais e atitudes sobre determinados aspectos lingüísticos que os caracterizam em termo de uma comunidade.

Por estarem os membros da comunidade de fala inseridos em contextos sociais e econômicos que determinam diferenças entre eles, mudam seu comportamento lingüístico conforme mudam os contextos e as estratégias de comunicação. Portanto, os membros de uma mesma comunidade de fala tendem a apresentar comportamentos distintos, de acordo com o conteúdo das interações e com a situação de comunicação. As pessoas não falam sempre da mesma maneira. A variação lingüística reflete, justamente, a necessidade de as pessoas serem vistas como iguais às outras em algumas situações ou como diferentes em outras. De acordo com essa necessidade elas dão a orientação ao seu discurso.

## NOTAS

1 Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada *A dinâmica do contato dialetal: estudo sociolinguístico em Conceição de Ibitipoca – MG*, defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Christina Abreu Gomes.

2 Em Labov (1972), vernáculo pode ser entendido como o estilo em que é mínima a atenção prestada ao controle do discurso, ou seja, a fala mais espontânea possível. Trata-se de uma definição interacionista, visto que se manifesta sobretudo nos contextos onde a intensidade da interação social prevalece sobre a individual.

3 *A group of people who do not necessarily share the same language, but share a set of norms and rules for the use of language. (...) The boundaries between speech communities are essentially social rather than linguistic.*

4 *The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms; these norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patterns of variation which are invariance to respect to particular levels of usage.*

5 *The language community is a group of people who regard themselves as using the same language. In this sense, there is a language community “the chinese”, since they regard themselves as speaking “chinese”, and not Pekinese, Cantonese and so on. There is no language community “the Scandinavian language” even though they are by and large all mutually intelligible.*

6 *A speech community is not necessarily coextensive with a language community. A speech community is a group of people who do not necessarily share same language, but share a set and rules for the use of language.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOMFIELD, Leonard. *Le language*. Paris: Payot, 1970.

CORDER, S. Pit. *Introducing applied linguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1973.

DURANTI, Alessandro. Ethnography of speaking: Towards a linguistics of the praxis. In: FJ Newmeyer ed. 1988 *Linguistics: The Cambridge survey, vol. IV. Language: The socio-cultural context*. Cambridge: UP, 1988.

GUMPERZ, John. *Language in social groups*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. Types of linguistic communities. *Anthropological Linguistics* 4(1):28-40. [Reprinted in J Fishman ed. 1968, *Readings in the sociology of language*, 1962, pp. 460-472.]

HALLIDAY, M. A. K., STEVENS, Peter & McINTOSH, Argus. *As ciências*

*lingüísticas e o ensino de línguas*. Trad. De Myriam F. Morau. Petrópolis: Vozes, 1974.

HUDSON, Richard A. *Sociolinguistic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 (2 nd edition.).

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. (Revised from 1967 paper.) In: GUMPERZ & HYMES, eds. 1972. *Directions in sociolinguistics : The ethnography of communication*. Blackwell, 1972, pp.35-71.

LABOV, William. *The social stratification of english in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistic, 1966.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972

ROMAINE, Suzanne. *Language in society : an introduction to sociolinguistics*. London: Blackwell, 1994.

SANTA ANA, Otto & PARODÍ, Claudia. Modeling the speech community: Configurations and variable types in the Mexican Spanish setting. *Language in Society*, 27(1), 1998., pp. 23-51.

WARDHAUGH, Ronald. *An introduction to Sociolinguistic*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1986.